

Serra desagrada Norte e Nordeste com seu relatório

BRASÍLIA — O relatório apresentado pelo Deputado José Serra (PMDB-SP) à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças desagradou seus colegas das bancadas do Norte e Nordeste, por não ter mantido o protecionismo às duas regiões na partilha dos recursos públicos, previsto nos relatórios das Subcomissões.

O Deputado Benito Gama (PFL-BA), Presidente da Subcomissão do Orçamento, protestava ontem porque Serra não aproveitou a proposta, aprovada por unanimidade, e que previa a distribuição dos recursos públicos de forma a permitir uma redistribuição da renda entre as regiões. Os Estados com renda per capita inferior à média nacional e de maior densidade populacional receberiam mais aplicações de investimentos. Pelo relatório de Serra, o Executivo encaminhará ao Congresso um plano plurianual "regionalizado" e que terá em vista promover o desenvolvimento nacional e reduzir as desigualdades regionais.

José Serra modificou também outro dispositivo protecionista aprovado pela Subcomissão de Tributos, estabelecendo que os Estados com renda per capita superior à média nacional (São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal) nada receberiam do Fundo de Participação dos Estados. O Deputado emendou a proposta e agora os Estados só não entrarão na partilha de 20 por cento do Fundo.

As bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que se sentiram prejudicadas, analisaram o substitutivo. Depois, o Deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) anunciou que hoje haverá uma reunião para elaborar emendas ao substitutivo.

Frente gaúcha será reforçada por empresários

PORTO ALEGRE — Empresários gaúchos se juntarão, hoje, aos deputados estaduais de todo os partidos que estão desde ontem em Brasília, convocados pelo Governador Pedro Simon, para pressionar pela não aprovação do relatório da Subcomissão de Tributação e Participação em Receitas. Numa atitude extremada, o Deputado Hélio Muskopf (PMDB) sugeriu que, se houver aprovação, o Rio Grande do Sul se separe do Brasil e forme um novo país.

Pedro Simon pretende viajar amanhã, para se unir à Frente Gaúcha. Ontem, viajaram os Deputados Selvin Heck (PT), Fips Schneider e Elói Zanella (PFL), Francisco Turra (PDS), Moeses Berlezi e Germano Rigotto (PMDB), além do Presidente da Assembléia, Algir Lorenzon (também do PMDB).

Delfim tem certeza da derrota de propostas da Ordem Econômica

BRASÍLIA — O grupo "moderado" da Comissão da Ordem Econômica já se considera preparado para derrubar o relatório de Severo Gomes (PMDB-SP), com uma maioria calculada em cerca de 39 votos, contra os 34 necessários à aprovação das propostas. O "rolo compressor" será acionado caso o grupo não consiga sensibilizar o Relator para os pontos que consideram fundamentais. O Deputado Delfim Netto (PDS-SP) afirmou que o relatório de Severo "é de uma estorotopia comovente e será derrotado".

Na opinião do Senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), os contatos mantidos entre o Relator e o Deputado Afif Domingos (PL-SP) para o entendimento "resultaram em pouca coisa". Ele afirmou que o grupo continuará conversando com Severo nos dois dias que antecedem a apresentação do relatório definitivo, mas prevê que haverá dificuldades.

Pela previsão de Irapuan, dos pontos considerados essenciais por Severo Gomes, apenas dois artigos têm condições de passar pelo crivo da Comissão: o que redefine o conceito de empresa nacional e o que garante o monopólio estatal do petróleo, sem estendê-lo ao refino e ao transporte do gás natural.

O Deputado Afif Domingos, principal articulador dos "moderados" junto a Severo, chega hoje à Brasília para reiniciar os contatos. Afif também considerou a proposta do Relator muito estatizante. Entre os pontos considerados inaceitáveis pelos "moderados" estão a inclusão do patrimônio genético como propriedade da União. Na definição dos princípios gerais da Ordem Econômica o grupo não gostou da inclusão da expressão "justiça social", como um dos seus objetivos. "É subjetivo demais", comentou Irapuan.

Severo desagrada a 'progressistas' e 'moderados'

BRASÍLIA — O relatório elaborado pelo Senador Severo Gomes (PMDB-SP) para a Comissão da Ordem Econômica, que seria uma fórmula de conciliação entre "progressistas" e "moderados", acabou sendo criticada pelos dois grupos na primeira reunião de discussão, ontem pela manhã. Os ataques da ala "progressista" foram ainda mais duros do que os da "moderada". O centro da discussão foi a definição de empresa nacional.

O Deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), Relator derrotado na Subcomissão da Reforma Agrária, disse que a definição proposta por Severo permite "a qualquer empresa estrangeira ser conceituada como nacional e manter o controle nas mãos de pessoas residentes no País, mas que recebem ordens da matriz".

— Eu estranho muito — afirmou Lima Filho —, porque até então tinha o Senador Severo Gomes entre as hostes nacionalistas. Não tinha



Roberto Cardoso Alves e Delfim articulam contra o relatório de Severo

De acordo com o Senador, esta definição não deve sequer constar do texto constitucional ou então a Constituição deveria regulamentar todos os setores da economia, como o artesanato, por exemplo. No artigo que dispõe sobre o usucapião, está sendo contestada a fórmula sugerida pelo Relator para a decretação desta condição, que se constitui "em um rito muito sumário".

— A sentença passa a ser o instrumento legal para o registro do imóvel — disse Irapuan.

Mas é na questão agrária que os "moderados" concentrarão seu poder de fogo. O grupo considera "mui-

to sério" o disposto no parágrafo 2º do artigo 27, que classificam de "um verdadeiro confisco" quando diz que a indenização da terra desapropriada será feita em títulos da dívida agrária, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis a partir do segundo ano de sua emissão".

O artigo 30 também foi considerado inaceitável. Ele trata do processo de desapropriação das terras declaradas de interesse social para fins de reforma agrária. Aqui também o comentário é de que o rito da desapropriação é muito sumário e não prevê responsabilidades no caso de erros cometidos pela União em um processo de desapropriação.

foi exercida porque dependia de regulamentação por lei complementar. Lima Filho disse que nenhum dos dispositivos da Constituição de 1946 sujeitos à regulamentação chegou a ter sua lei complementar aprovada. Para o Deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), a Constituição precisa ser específica quando se trata das desigualdades sociais, para promover a justiça. Por isso, ele estava preocupado com o "espaço aberto à legislação posterior".

Os "moderados" não gastaram toda sua munição na primeira reunião. O Deputado Delfim Netto (PDS-SP) confidenciou a assessores que considerou "um exagero" a manutenção do monopólio para o refino de petróleo no relatório de Severo, mas não pediu a palavra durante a reunião. Já o deputado Marcus Lima (PMDB-MG) foi duro ao criticar o estabelecimento de contratos de mineração por concessão estatal com tempo determinado.

Sant'Anna se movimenta para derrubar o relatório

BRASÍLIA — O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, alertou ontem o Presidente José Sarney sobre dispositivos contrários aos interesses do Palácio do Planalto apresentados este fim de semana nos relatórios das comissões temáticas da Constituinte. Sarney não comentou, segundo Sant'Anna, a proposta de quatro anos para o seu mandato, proposto pelo Relator da Comissão de Organização dos Poderes, Egídio Ferreira Lima. O Líder, no entanto, confessou-se surpreso e desencadeia hoje nova articulação para assegurar cinco anos para o Presidente.

Essa articulação envolverá, em primeiro lugar, o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que também vem defendendo eleições presidenciais em 1989 e quer evitar o enfrentamento interno no PMDB. Depois Sant'Anna pretende conversar com os integrantes da Comissão para convencê-los a derrubar a proposta de Ferreira Lima.

O mandato é o ponto crucial, mas o sistema de governo proposto pelo Relator também não agradou ao Líder do Governo. Sant'Anna acha que Ferreira Lima não refletiu a posição do conjunto das três Subcomissões — Executivo, Legislativo e Judiciário — que integraram a Comissão da Organização dos Poderes. Para citar a questão principal, a Subcomissão do Executivo aprovou um mandato de cinco anos para Sarney e um sistema de governo semiparlamentarista, com poderes equilibrados para o Presidente e o Primeiro-Ministro.

Sant'Anna acha que ao propor quatro anos para Sarney e cinco para seus sucessores, o Relator manifestou muito mais uma opinião pessoal, que não reflete a da maioria. E criticou: "Sobre o regime de gover-

no, o Relator avançou mais no parlamentarismo, dando mais poderes ao Congresso e ao Primeiro-Ministro. Ele se esqueceu que um Presidente eleito com mais de 30 milhões de votos não pode ser só o Chefe de Estado e ficar reinando sem governar".

Agora Sant'Anna vai trabalhar para que, através de emendas ou pedidos de destaque para votação, as linhas gerais do anteprojeto da Subcomissão do Executivo voltem a ser aprovadas. Alguns dispositivos poderão ser negociados, como o que prevê moção de censura da Câmara aos Ministros militares.

Na opinião de Sant'Anna, os entendimentos podem evoluir para que seja aprovada somente a moção de censura coletiva, sob determinadas condições. Ontem, o Senador José Fogaça e o Deputado Jutahy Júnior, integrantes da Comissão de Organização dos Poderes, defensores do mandato de quatro anos para o Presidente Sarney, admitiram que o relatório de Egídio Ferreira Lima deveria ser derrotado nessa questão, repetindo o que aconteceu na Subcomissão do Executivo.

— Nesse assunto de mandato, a maioria já tem posição definida, por convicção política ou por interesses — disse Fogaça.

O grupo que quer eleições diretas em 88, aliado ao Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, pretende articular-se esta semana para contrapor-se aos "moderados" aliados ao PFL e outros setores partidários ao "centro" e à "direita". Fogaça admitiu, no entanto, que os defensores dos cinco anos são a maioria e a estratégia deverá visar o plenário da Constituinte, através de uma ampla mobilização popular desencadeada com a ajuda do PT, PDT e PSB.

Sem acordo, PMDB se reúne para discutir proposta de Ferreira Lima

BRASÍLIA — Os líderes do PMDB almoçam hoje, na casa do Deputado Ulysses Guimarães, para tentar um acordo sobre os itens mais importantes do relatório do Relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, Deputado Egídio Ferreira Lima. No entanto, um fato é tido como certo: não haverá acordo do Partido em torno do mandato do Presidente Sarney, devendo a proposta pelos cinco anos prevalecer por 35 votos contra 28, segundo cálculo feito pela assessoria do Líder na Constituinte, Senador Mário Covas.

— Como o Covas não abrirá mão dos quatro anos nem o Sant'Anna dos cinco, vamos para o voto. E vamos perder — disse, ontem, um Vice-Líder.

A expectativa, porém, é que, no almoço, se chegue à unidade do PMDB em torno de dois temas: sistema de governo e voto de desconfiança aos Ministros militares, duas polêmicas

que a Comissão.

No sistema de governo, se tentará um acordo dando um pouco mais de poderes ao Presidente da República. Um deles seria a não aceitação da indicação do Primeiro-Ministro pelo Congresso, depois que houvesse duas rejeições. O grupo de Mário Covas admite, neste caso, a dissolução da Câmara e até mesmo a introdução do Senado como mediador entre Presidente e Câmara.

Para se chegar a um acordo na questão dos Ministros militares, a proposta para o acordo já está praticamente acabada e é mais simples: não haverá voto de desconfiança individual a Ministros e sim a todo o gabinete.

Se reúnem hoje na casa de Ulysses os líderes Mário Covas, Carlos Sant'Anna, Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso; o Relator Egídio Ferreira Lima, e alguns Vice-Líderes.